

PODER / Flávio tenta atribuir a Lula culpa por tarifaço dos EUA, mas especialistas avaliam que a estratégia envolve riscos eleitorais em um momento de forte apelo à soberania brasileira e preocupação com os impactos econômicos para o país

Testes do discurso nacionalista

» ALÍCIA BERNARDES

A ameaça de um novo tarifaço dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros transformou-se em um dos principais embates políticos da pré-campanha presidencial de 2026. No centro da disputa está o senador Flávio Bolsonaro (RJ), pré-candidato do PL ao Palácio do Planalto, que passou a enfrentar questionamentos após intensificar sua aproximação com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, justamente no momento em que Washington discute a aplicação de uma tarifa de 25% sobre produtos brasileiros e levanta questionamentos sobre o sistema de pagamentos Pix.

O episódio deu ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a oportunidade de associar o adversário à ofensiva norte-americana. Petistas passaram a sustentar que a proximidade entre Flávio e Trump teria contribuído para fortalecer medidas que podem prejudicar a economia brasileira, enquanto aliados do senador reagem afirmando que a deterioração das relações entre os dois países é resultado de erros diplomáticos do atual governo.

Nos bastidores do Congresso, a crise aprofundou a guerra de versões entre governistas e oposição. Entre aliados de Flávio, a avaliação é de que o senador saiu fortalecido da viagem aos Estados Unidos ao demonstrar acesso direto à Casa Branca e capacidade de interlocução com Trump. Parlamentares do PL e de partidos alinhados à direita argumentam que a inclusão do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) na lista de organizações terroristas dos EUA representa um resultado concreto da aproximação e reforça a credibilidade do parlamentar na pauta da segurança pública, considerada estratégica para a campanha presidencial.

Já na base governista, deputados e senadores avaliam que a aproximação entre Flávio e Trump acabou coincidindo com uma ofensiva econômica contra o Brasil e abriu espaço para a construção de uma narrativa de submissão a interesses estrangeiros. Também atribuem motivações políticas à movimentação do campo bolsonarista. Reservadamente, governistas afirmam que o embate em torno das tarifas e das relações com os EUA ajuda a deslocar o foco de temas considerados sensíveis para a oposição. Entre eles, citam o caso Master e os questionamentos envolvendo o financiamento ao filme *Dark Horse*, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. A crise comercial acabou ocupando espaço central no debate público justamente quando esses temas começavam a ganhar repercussão política.

Aliados de Flávio rejeitam essa interpretação e sustentam que o governo tenta explorar eleitoralmente

Vitor Souza/AFP



Flávio tenta se descolar da ameaça de tarifaço ao Brasil, mas visita a Trump, dias antes, turbina narrativa do governo Lula de traição à pátria

Reunião no Salão Oval

Na terça-feira, horas após os EUA ameaçaram o Brasil com tarifa de 25%, Donald Trump fez uma postagem na rede Truth Social com elogios a Flávio. O republicano o chamou de "um jovem inteligente que ama muito seu país". Trump fez referência ao encontro que teve com o senador no Salão Oval da Casa Branca e postou duas fotos: uma que já havia sido divulgada pelo próprio Flávio e outra imagem em que aparecem também o deputado cassado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o influenciador Paulo Figueiredo.

uma questão diplomática e comercial complexa. A análise da pré-campanha do senador é de que a tentativa de responsabilizá-lo pelo **tarifaço** busca desviar a atenção de problemas econômicos enfrentados pelo governo e das críticas à condução da política externa brasileira.

Para o advogado e especialista em direito eleitoral Luiz Gustavo Cunha, a estratégia adotada por Flávio envolve riscos, mas a percepção do eleitorado dependerá da narrativa que prevalecer até a eleição. Segundo ele, existe a possibilidade de o

parlamentar ser visto como alguém excessivamente alinhado aos interesses dos Estados Unidos, porém essa interpretação não é automática.

"Esse risco existe, mas a análise não pode ser feita de forma isolada. O eleitor também avaliará as causas que levaram ao agravamento das relações entre Brasil e Estados Unidos. Flávio Bolsonaro sustenta que o atual governo contribuiu para esse cenário ao adotar uma política externa marcada por declarações hostis, alinhamentos ideológicos controversos e críticas frequentes a parceiros estratégicos do Ocidente. Nesse contexto, parte do eleitorado poderá entender que a origem do problema está menos na proximidade de Flávio com Trump e mais nos erros diplomáticos cometidos pelo governo Lula", afirma.

A discussão ganhou força após a visita de Flávio à Casa Branca. Dias depois do encontro, os Estados Unidos anunciaram a inclusão do PCC e do Comando Vermelho na lista de organizações terroristas — uma pausa defendida por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro. O senador comemorou a medida e buscou vinculá-la ao fortalecimento da cooperação entre os dois países na área de segurança pública.

No entanto, o avanço das discussões sobre novas tarifas comerciais alterou o cenário político. Lideranças do Centrão e até aliados do parlamentar passaram a opinar, reservadamente, que o possível tarifaço

pode neutralizar os ganhos obtidos com a agenda de segurança e transformar a aproximação com Trump em um problema eleitoral. A preocupação aumentou porque a coincidência temporal entre a visita do senador aos EUA e a ofensiva comercial americana facilitou a construção de uma narrativa explorada pelo governo federal.

A reação de Flávio foi imediata. O senador enviou uma carta ao secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, pedindo que o governo norte-americano não imponha novas tarifas ao Brasil.

Nos bastidores, a iniciativa foi interpretada como uma tentativa de reduzir danos políticos. O gesto também demonstrou preocupação com o potencial desgaste de uma medida que pode atingir setores importantes da economia brasileira, especialmente o agronegócio e a indústria exportadora, bases relevantes para o eleitorado conservador.

Para Cunha, a estratégia de atribuir a responsabilidade da crise ao governo Lula possui racionalidade política, mas não oferece garantias. "Não existe blindagem absoluta em política. Contudo, a estratégia possui racionalidade eleitoral se conseguir demonstrar que as tensões comerciais decorrem de uma sucessão de equívocos diplomáticos do governo federal. A retórica agressiva de Lula contra lideranças estrangeiras, inclusive contra presidentes norte-americanos, somada ao

alinhamento com países frequentemente criticados pelo Ocidente, criou desgastes que não podem ser ignorados. Se essa narrativa prevalecer, Flávio Bolsonaro poderá reduzir significativamente eventuais custos políticos", avalia.

Copa do Mundo

O especialista destaca que o debate sobre patriotismo e soberania tende a ganhar ainda mais força porque ocorre a poucos meses da eleição e em pleno período de Copa do Mundo.

"Sem dúvida, a proximidade da eleição e o ambiente emocional gerado pela Copa do Mundo tendem a fortalecer discursos ligados à identidade nacional, soberania e orgulho do país. No entanto, o nacionalismo não é monopólio de nenhum grupo político", explica.

Para Cunha, acusações de "traição à pátria", como as que passaram a ser dirigidas ao senador por integrantes do governo e da base aliada, costumam ter efeito limitado quando não estão associadas a consequências concretas para a população.

"Historicamente, esse tipo de acusação produz mais efeito retórico do que jurídico ou eleitoral. O eleitor brasileiro costuma ser pragmático e avaliar os resultados concretos das políticas públicas. Narrativas sobre patriotismo ganham força quando acompanhadas de impactos reais na economia, no emprego e na renda", diz.

Suspeição de Moraes

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que declare o ministro Alexandre de Moraes suspeito para atuar em processos relacionados ao Banco Master e ao banqueiro Daniel Vercaro. Ele requer que petições já direcionadas ao magistrado sejam remetidas ao ministro André Mendonça, relator do caso Master no Supremo. O pedido será analisado pelo presidente da Corte, Edson Fachin.

Na petição, os advogados de Flávio apontam uma possível relação entre Moraes e Vercaro. Citam supostas trocas de mensagens entre os dois e o contrato firmado pelo Master com a esposa do ministro, Viviane Barci de Moraes. Segundo documentos fiscais enviados à CPI do Crime Organizado, do Senado, o escritório de Viviane recebeu R\$ 80,2 milhões do banco para prestar serviços jurídicos.

O pedido de Flávio foi feito após Moraes solicitar um parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre a inclusão de Flávio no inquérito que mira seu irmão, o deputado cassado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). O ex-parlamentar é réu por suposta coação no curso do processo e obstrução à Justiça no julgamento da trama golpista, no qual seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), foi condenado.

O despacho de Moraes atendeu a um pedido do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ). Ele pediu a investigação de Flávio após o site *The Intercept Brasil* revelar que o senador pediu a Vercaro R\$ 134 milhões para bancar o filme *Dark Horse*, inspirado na trajetória do pai. Cerca de R\$ 61 milhões foram pagos e enviados a um fundo ligado a Eduardo nos EUA. A suspeita é de que o dinheiro tenha sido usado para bancar a atuação do deputado cassado contra autoridades brasileiras.

"Esses dois dados objetivos nos permitem dizer, sempre com o máximo respeito, que sua Excelência não teria a imparcialidade necessária para processar e julgar o requerimento enviado pelo Deputado Federal Lindbergh Farias, mormente porque tal requerimento envolve não só o Banco Master, mas também Daniel Vercaro", diz a petição.

Flávio também requer que a solicitação de Lindbergh seja retirada do inquérito relatado por Moraes e protocolada em uma nova ação, a ser distribuída "por prevenção" a Mendonça, indicado ao STF por Bolsonaro.

FORÇAS ARMADAS

Marinha prega soberania e verbas para Defesa

» VINICIUS DORIA

A defesa da soberania nacional é o destaque da campanha institucional do Dia da Marinha, comemorado em 11 de junho. Em vídeo lançado hoje, a Força alerta que o cenário geopolítico internacional é desafiador e exige "capacidades navais compatíveis com a proteção da soberania nacional". Nos últimos anos, a Marinha tem usado suas campanhas institucionais para defender a imagem da corporação e os projetos estratégicos em curso, como o de produção do primeiro submarino nuclear brasileiro.

O foco na defesa da soberania partiu de uma percepção do Alto Comando de que a população não conhece com detalhes o trabalho dos militares na defesa do mar territorial brasileiro — a Amazônia Azul — e das riquezas que o país tem condições de explorar. No vídeo institucional, feito com ajuda de inteligência artificial, a Marinha apresenta os equipamentos mais importantes de sua frota naval, como o navio-aeródromo Atlântico, as fragatas da classe Tamandaré e os submarinos de propulsão convencional da classe Riachuelo — que integram o Programa de Submarinos (Prosub), cuja meta é desenvolver,

até 2037, um equipamento nacional movido à energia nuclear.

Manter os programas de ampliação e modernização da frota naval é a maior prioridade do comando da Marinha, após a equipe econômica do governo determinar uma contenção orçamentária de R\$ 31,3 bilhões para deixar as contas públicas dentro da meta fiscal. O Ministério da Defesa foi a pasta que mais teve recursos retidos, R\$ 4,4 bilhões, impactando diretamente o custeio das Três Forças Armadas.

"A nossa frota vai envelhecendo. Daqui a pouco vai ter marinheiro sem navio, aviador sem avião e soldado do Exército sem equipamento para lutar. Nós precisamos investir nisso pensando no patrimônio, no Brasil. As Forças Armadas, seja lá quem esteja no governo, defendem o país, não um partido nem um líder político", desabafou o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, no início da semana, no Rio de Janeiro.

Oficiais do topo da carreira militar ouvidos pela reportagem foram unânimes na avaliação de que o tarifaço aos produtos brasileiros imposto pelos Estados Unidos e a pressão que o governo de Donald Trump faz para negociar acesso a petróleo e minerais estratégicos, como as terras-raras,

Marinha do Brasil (Oficial)



Marinha chama a atenção para a importância da defesa da Amazônia Azul, no momento de cortes nas Forças

acenderam a luz amarela para ameaças à soberania nacional.

No comunicado alusivo ao Dia da Marinha, a Armada lembra que a proteção da Amazônia Azul significa manter as rotas marítimas em operação, garantir a segurança de equipamentos de exploração de petróleo e

cabos submarinos de transmissão de dados, e defender os recursos biológicos e minerais.

"Embora o Brasil seja um país de dimensões continentais, 97% de tudo o que importamos e exportamos transita pelo mar e pelos portos. Nossa segurança energética, grande

parte da atividade econômica e importantes infraestruturas nacionais dependem diretamente da estabilidade e da proteção do ambiente marítimo. Por isso, fortalecer a consciência marítima da sociedade é também fortalecer a compreensão sobre a importância da soberania

nacional", explica o diretor do Centro de Comunicação Estratégica da Marinha, vice-almirante Vagner Belarmino de Oliveira.

Nos últimos anos, os vídeos institucionais que a Marinha produz para marcar datas comemorativas têm repercutido pelos recados que embutem. No fim de 2024, na homenagem ao Dia do Marinheiro (13 de dezembro), a peça produzida fazia referência às críticas de que os militares formam uma categoria de "privilegiados." Com o slogan "Quer moleza? Vem pra Marinha!", a Armada mesclou imagens de treinamentos e operações militares com cenas de civis se divertindo em família. Nas redes sociais, muita gente criticou a comparação.

Um ano antes, sob o impacto do envolvimento do então comandante da Marinha, Almir Garnier, na trama golpista que culminou no 8 de janeiro, outra peça audiovisual encontrou melhor acolhida. Com autorização da cantora e compositora Adriana Calcanhoto, a Força usou como trilha sonora a música *Maresia*, com uma pequena adaptação no refrão para "Ah, se você fosse Marinheiro", com o objetivo não só de estimular o alistamento e valorizar o trabalho dos militares, mas de melhorar a imagem da corporação.